

As condições de Sarney para um acordo com o FMI

O País só irá ao Fundo, diz ele, se não houver monitoramento da economia e nem exigência de recessão. E depois do acordo com os bancos.

O governo brasileiro está disposto a fazer um acordo com o Fundo Monetário Internacional, desde que sejam cumpridas três condições essenciais: a aceitação, pelo FMI, da opção do País pelo crescimento econômico; a dispensa de processo de monitoramento (acompanhamento das metas dos programas econômicos do País); e a dissociação entre um acordo com o Fundo e a negociação com os bancos privados estrangeiros.

Essa foi a decisão do presidente Sarney, adotada após uma hora e 40 minutos de conversação com o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, segundo se informou ontem no Palácio do Planalto.

Ficou também acertado que em agosto uma missão brasileira irá aos Estados Unidos, para contatos com credores privados, dirigentes de entidades oficiais e autoridades do governo norte-americano, abrindo, praticamente, a negociação preliminar. A abertura oficial da negociação da dívida externa com os credores privados deve acontecer em setembro, devendo estar definitivamente concluída ao final da primeira quinzena de outubro, segundo estimativas do Palácio do Planalto.

A missão brasileira encarregada das gestões preliminares será integrada por representantes do segundo escalão do governo, enquanto que a encarregada de abrir oficialmente a negociação, em setembro, será composta do primeiro escalão, destacando-se o ministro Bresser Pereira e o presidente do Banco Central do Brasil, Fernando Milliet.

Fim da moratória

Encerrada a negociação da dívida externa brasileira com os credores privados do País, ao final da segunda quinzena de outubro, o governo brasileiro suspenderá a moratória, dando início ao pagamento dos juros e impedindo uma nova inscrição, pelos bancos norte-americanos, dos créditos brasileiros como prejuízo, considerando novamente o País como inadimplente (o que aconteceria a 20 de outubro).

Segundo o porta-voz do Palácio do Planalto, Antônio Frota Neto, o presidente gostou muito do relato que ouviu de Bresser Pereira, sobre os contatos mantidos nos Estados Unidos, de onde o ministro regressou ontem de uma visita de sete dias. "As perspectivas são muito boas, e o ministro Bresser e sua equipe foram recebidos num clima bastante favorável ao Brasil. Agora, feitos os primeiros contatos, será possível ao País formular uma proposta firme sobre a dívida, o que, naturalmente, será feito até setembro", disse Sarney, através do seu porta-voz.

Frota Neto explicou que a viagem de Bresser aos Estados Unidos foi meramente exploratória, não se caracterizando ainda como o início de uma negociação. As informações colhidas nessa viagem pelo ministro da Fazenda — destacou o porta-voz — servirão de base para a montagem das propostas brasileiras de negociação. Disse, contudo, que o ministro recebeu muitas manifestações extremamente favoráveis ao plano de ajustamento econômico (Plano Bresser) e ao Plano de Controle Macroeconômico.

Sobre a possibilidade de o governo fechar um novo acordo com o FMI, Frota Neto disse que a única coisa que impede isso são as condições políticas. Entretanto, assinalou, se o FMI passar a aceitar a opção brasileira pelo crescimento econômico e abrir mão do clássico monitoramento, estarão criadas as condições básicas para a realização de um acordo. Segundo Frota Neto, admitindo-se essas posições do Fundo, não haveria por que renunciar a um acordo, já que as condições de financiamento oferecidas por aquela instituição são extremamente vantajosas.

O porta-voz do Palácio disse ainda que o governo brasileiro não aceita nenhuma vinculação entre a negociação com os credores privados estrangeiros e um acordo com o FMI. Estas, para ele, são coisas independentes que o governo não quer ver associadas.

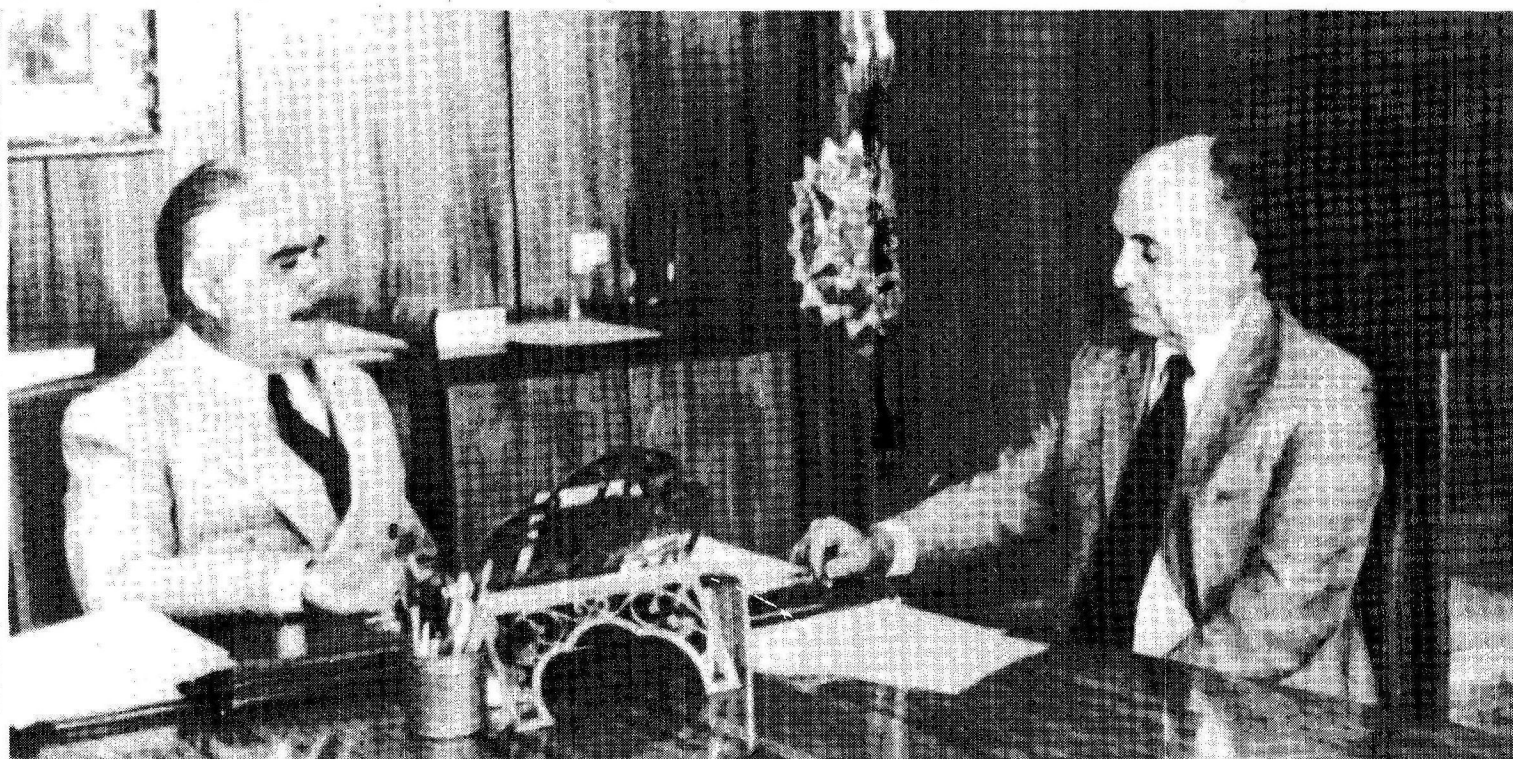
As condições básicas que o governo deverá exigir dos bancos credores são praticamente as mesmas já tornadas públicas pelo ministro da Fazenda: redução substancial do spread (taxa de risco) ou mesmo a sua eliminação; criação de mecanismos que permitam a saída dos cerca de 500 pequenos bancos — do total de 770 credores — da negociação; reconstituição das reservas externas do País, a um nível mínimo de US\$ 7 bilhões para que se reinicie o pagamento dos juros; estabelecimento de uma negociação plurianual; refinanciamento de parte dos juros — pelo menos US\$ 7,3 bilhões para 1987/88 (dinheiro novo); e garantia dos créditos de curto prazo (comercial e interbancário).

APLAUSO E CRÍTICA

Um acordo formal do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) "já vem tarde", afirmou ontem, em Porto Alegre, o empresário Paulo Vellinho, vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). Segundo ele, "já passou o tempo da bravata do ministro Furlan e que não levou a nada, a não ser envolver emocionalmente a sociedade brasileira em um problema que foi magnificamente resolvido pelo FMI".

O governador de Santa Catarina, Pedro Ivo Campos (PMDB), admitiu ontem, em Porto Alegre, que um "afinamento" de posições do governo brasileiro com o FMI poderá ser benéfico ao País "na obtenção dos recursos necessários ao nosso desenvolvimento". Ele afirmou que o PMDB, que é contrário a qualquer acordo com o FMI, precisa ser "realista".

Em Genebra (Suíça), o ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, disse em uma entrevista que o Brasil continua vendo com ceticismo o papel que o FMI pode desempenhar na rolagem da avultada dívida externa brasileira. O chanceler brasileiro afirmou que o País mantém o diálogo com as autoridades do FMI, com quem deseja alcançar "alto nível de entendimento, porém devemos evitar ser escravos da política do Fundo".

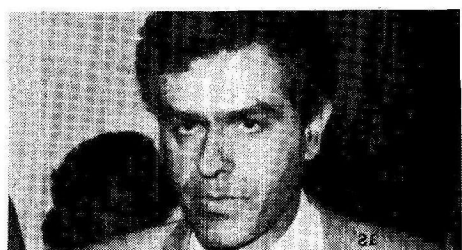


Bresser com Sarney: um balanço positivo da viagem aos EUA.

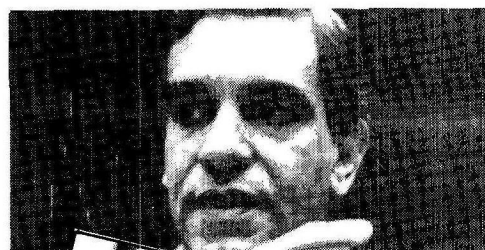
Estes senhores dizem não



Saulo Queiroz



Pimenta da Veiga



Hélio Duque

Cinco deputados do PMDB e dois do PFL estão percorrendo a mesma trilha de Bresser nos EUA. Mas são contra o FMI e sugerem a emissão de bônus

Unanimidade

Cada deputado atropelava o outro, sem identificar-se, nas respostas às perguntas de alguns correspondentes brasileiros em Washington, durante a entrevista coletiva que concederam, ontem, no final da tarde, na Embaixada brasileira. Mas pareciam, unanimemente, convencidos de que o caminho para a negociação da dívida é política e que há uma nova ideia não contemplada pelo ministro brasileiro com o governo norte-americano, nem com os banqueiros credores. E ela foi explicada pelo deputado Fernando Gasparian:

— Nossa dívida de quase US\$ 70 bilhões está valendo, hoje em dia, cerca de US\$ 40 bilhões. A ideia é a de que os bancos centrais dos países dos bancos credores absorvam essa dívida, com o deságio, trocando-a por bônus que seriam pagos em 30 anos, com cinco de carência. Essa ideia atende muito os interesses brasileiros.

Os deputados estão discutindo a dívida brasileira no Departamento de Estado, no Federal Reserve, no Departamento do Tesouro e no Congresso norte-americano "por interesse nacional". E explicam:

— Parece que há uma coisa no Brasil que não tem sido dita por ninguém: a dívida está hoje com um enorme deságio. O povo brasileiro deve saber que o valor real de sua dívida é pouco mais da metade. Estamos tentando ajudar nosso país. Podemos dizer muita coisa que o ministro não pode dizer.

Contradição? Frota acha que não. E diz que o quadro vai mudar.

O porta-voz do Palácio, Frota Neto, não vê contradição entre as posições do governo e a dos parlamentares brasileiros que fazem o lobby da dívida nos EUA. Se o FMI exigir monitoramento, não haverá acordo e, se os credores não cederem, o País não suspende a moratória, diz Frota. Mas ele acha que o quadro muda e a negociação está próxima.

Contradições

Durante a entrevista, não só as diferenças de posição entre os deputados e o ministro da Fazenda ficaram realçadas, mas entre eles próprios surgiram algumas contradições — o que pode ter gerado uma certa confusão nos interlocutores norte-americanos que receberam as duas delegações. O ministro Bresser Pereira, por exemplo, não podia ter acenado com uma chance de levar o Brasil de volta ao FMI, se conseguir um acordo independente com os bancos credores, porque seu partido, segundo asseguraram os deputados do PMDB em Washington, não lhe dará respaldo. Já Humberto Souto, do PFL, defende uma outra postura: "Vamos ver o que o FMI poderá nos propor depois do acordo com os bancos, e então decidiremos. Não devemos fechar nenhuma das portas..."

Todos os deputados não estão dando muita importância à parte técnica da renegociação: "A questão da dívida é uma questão política que devemos resolver com os governos dos países em que estão nossos credores", dizem. E quanto mais uma solução demorar, menos fica valendo a dívida brasileira. Quando lhes perguntarem se o Brasil não precisava de recursos externos para crescer, um deles respondeu: — Só tivemos recessão com os recursos externos. O salário mínimo do Brasil está hoje valendo US\$ 40. O mundo está aqui esperando. Por isso, estamos aqui.

Moisés Rabinovici, de Washington

Um grupo heterogêneo. Unido contra o Fundo Monetário.

O deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI) integra a chamada turma do poire, dos políticos mais ligados ao multipresidente Ulysses Guimarães, de quem se fez amigo e emissário de confiança. No curso da campanha "Muda Brasil", ligou-se muito ao falecido Tancredo Neves, que lhe votava a maior estima.

Fortes não nasceu no PMDB. Muito ao contrário, seu primeiro chefe foi o governador Paulo Guerra, de Pernambuco, que chegou ao poder com a cassação do titular, Miguel Arraes, em 1964. Foi ainda assessor dos presidentes do Inara e da EBTU e do então ministro da Educação, general Rubem Ludwig.

O deputado Hélio Duque (PMDB-PR) conquistou muito espaço nos jornais, ao chegar a Brasília, nas épocas de escassos assuntos e pouca presença parlamentar, pela facilidade de responder a perguntas sobre os mais intrincados problemas de economia e finanças. Baiano de Andaraí, foi demitido da Petrobrás em 1964 por razões políticas.

Em 1979 chegou à Câmara, com consagrada votação, em parte herdada de seu amigo, Alvaro Dias, eleito senador, onde se

caracterizou pela severidade das críticas à política econômico-financeira do governo militar.

O deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS) destacou-se, na Câmara, por sua vinculação aos problemas tributários e à causa municipalista.

Autor de trabalhos sobre Direito tributário, ele foi, em 1983, presidente do grupo de ação nacional pró-reforma tributária e um dos fundadores da Frente Municipalista Nacional.

Advogado e professor, Irajá Rodrigues nasceu em Pelotas, há 51 anos. Elegeu-se deputado e prefeito de sua terra, Pelotas, em 1977, com a substancial ajuda do então deputado Getúlio Dias (MDB-RS).

Fernando Gasparian é empresário, sempre tentado pela vida pública. Tanto assim que, em fins do governo João Goulart, chegou a ser cogitado para integrar seu ministério, em virtude das posições nacionalistas que então assumia no Conselho Nacional de Economia, que integrou de 1963 a 1967. Durante o regime militar, ligou-se ao MDB e editou o semanário Opinião.

Ao lado do senador Severo Gomes, defendeu a moratória, decretada pelo Brasil e

uma posição mais dura com relação aos credores externos.

Pimenta da Veiga, filho de um político do velho PSD de Minas, foi do grupo pró-diretas do PMDB em 1984 até se convencer de que a eleição de Tancredo Neves para o Colégio Eleitoral representaria o fim do regime militar. Líder do PMDB no governo José Sarney, recusou-se, pouco antes da edição do Plano Cruzado, a comparecer à reunião no Palácio do Planalto, alegando ser líder de seu partido.

Mineiro de Montes Claros, o deputado Humberto Souto foi um dos primeiros pedessistas a se opor à candidatura Paulo Maluf à presidência da República. Vice-presidente da Câmara de 1983 a 1986, estava indicado para o mesmo posto na Constituinte, este ano, quando o líder do seu partido, José Lourenço brigou com o PMDB.

O bancário Saulo Queiroz também esteve na primeira linha anti-Maluf, secretário-geral do PFL, após o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, com quem trabalhou no antigo escritório da Frente Liberal, no setor comercial de Brasília. Recusou-se a receber apoio financeiro da UDR na última campanha eleitoral.

ÊXITO NA VIAGEM

O ministro da Fazenda Bresser Pereira desembarcou ontem às 9 horas em Brasília de uma viagem de seis dias aos Estados Unidos. A sua primeira viagem para tratar, ainda preliminarmente, da dívida externa brasileira. E voltou com muito otimismo. Todos os objetivos foram atingidos, segundo ele. Alguns deles: a apresentação do Plano de Controle Macroeconômico ("todos disseram que o plano é excelente, sem exceção"), o estabelecimento de uma data para o reinício das negociações formais da dívida (ficou marcada para o início de setembro) e a colocação de alguns "parâmetros" para a negociação (que incluem a reivindicação de spread zero e refinanciamento de US\$ 7,2 bilhões até o final de 1988, referentes aos juros vencidos em 87 e 88). "Isto tudo foi entendido. Não quer dizer que foi aceito. Isto é outra história, porque eu não pretendia negociar desta vez", disse o ministro.

A renegociação da dívida externa vinculada a um acordo prévio com o Fundo Monetário Internacional está descartada, segundo o ministro. Se aceitasse esse acordo, disse o ministro, o Brasil poderia ser obrigado a entrar em moratória a cada três ou seis meses. "Se toda vez que o FMI suspendesse seus pagamentos ao Brasil — e eles fazem isso com frequência, como tem mostrado outros países — os bancos também suspendessem, seríamos obrigados a fazer nova moratória, para proteger nossas reservas", afirmou. "Então, a cada três ou seis meses, dependendo do caso, estaríamos fazendo novas moratórias. Não me parece razoável."

Bresser Pereira acrescentou que será uma grande vitória para o Brasil a realização de um acordo com os bancos privados sem passar pelo FMI antes. "Será uma inovação, mostrando o Brasil já como um país poderoso, importante, e que sabe tomar conta de sua casa. Para o Brasil não interessa definitivamente, claramente, fazer acordo com os bancos com uma cláusula de vinculação com o FMI", disse.

A ênfase do ministro em uma renegociação da dívida sem a benção do FMI é, também, uma resposta ao PMDB, muito preocupado com esse tema. O presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, por exemplo, voltou a criticar o FMI, dizendo que quando ele monitorou a economia do Brasil, "os resultados foram extremamente danosos". Por essa razão, segundo ele, é que o PMDB tem uma posição de "profunda reserva, profunda desconfiança contra o FMI". Ulysses Guimarães fez essas declarações, ao comentar informações de que o ministro da Fazenda pretende convencê-lo da necessidade de o Brasil retornar ao FMI. "Vou conversar com ele", disse o deputado. "E ele tem chances realmente de convencê-lo?", indagou um repórter. "Não sei. Vamos ver o que ele vai dizer", respondeu.

O ministro revelou ainda que os dirigentes do FMI e os representantes do governo Norte-americano com quem conversou em Washington disseram a ele que não fariam oposição formal à reivindicação brasileira, embora achassem que os bancos não a aceitariam. Bresser defendeu nos Estados Unidos a "ideia nova" — como ele mesmo classificou — de fazer primeiro um acordo com os bancos privados, e só depois procurar o Fundo Monetário Internacional, cuja aprovação ao programa econômico brasileiro poderia facilitar a obtenção de créditos no Japão e nos países que integram o Club de Paris. "Um programa não-recessivo", Bresser fez questão de sublinhar.

"Essa ordem não é a ordem que eles preferem, não é a ordem do sistema internacional do Fundo do governo Norte-americano", acrescentou Bresser, revelando que sofreu "grande pressão" para fazer uma carta de intenção ao FMI agora, mas que resistiu, e defendeu sua proposta de inversão das etapas. "Depois do acordo com os bancos, que vai renovar, discutirei com o governo e meu partido a ida ao FMI."

No início da noite de ontem, depois de ter descansado em sua casa, o ministro Bresser deu outra entrevista, agora em seu gabinete. Ele explicou, por exemplo, que a proposta de spread zero para a dívida externa representaria uma economia anual de US\$ 1,3 bilhões por ano ao País, se for aceita pelos bancos credores privados.

O problema é o poder

O ministro recusa-se a considerar a proposta mera posição de negociação. "Se os bancos aceitam dar desconto de 30% na dívida, porque não podem dar spread zero?", pergunta. Para chegar a 1,3 bilhão de economia, o ministro calculou 20% — o spread que o Brasil paga atualmente de US\$ 67 bilhões, que correspondem à parcela devida aos bancos privados.

Além do spread zero, Bresser comentou a reivindicação de que o acordo com os bancos privados seja feito em primeiro lugar e desvinculado do eventual acordo futuro com o FMI.

"Os bancos não mostraram nenhum interesse pelo FMI", disse Bresser, "a não ser pelo problema aritmético". Ele explicou qual é o problema: se o Brasil consegue dos bancos US\$ 7,2 bilhões para refinanciar os juros de 87 e 88, como está querendo, e depois recebe mais US\$ 1 bilhão do Fundo, haveria aí uma sobra de 1 bilhão, que poderia ser usada, do ponto de vista dos bancos, para pagar parte dos juros.

"Mas já tínhamos a resposta pronta", afirmou o ministro. O Brasil quer usar esse eventual bilhão de dólares do FMI para recompor reservas.

O verdadeiro problema, para o ministro da Fazenda, é de poder. Com essa proposta, disse Bresser, o Brasil abre "uma fresta, não um rombo" — ele fez questão de acentuar — no sistema que rege as finanças internacionais. O ministro ilustrou com as mãos o sistema — uma pirâmide na qual o FMI é o topo, as agências internacionais e governos vêm abaixo, e os bancos privados formam a base.

Bresser também fez questão de deixar bem claro que toda essa discussão diz respeito apenas à renegociação de curto prazo, dos juros que vencem até o final de 88. A longo prazo, a proposta é outra — poderia até ser considerada "um rombo" no sistema.